

> REVISTA A PORTARIA QUE PROIBE A PESCA ENTRE OS CAPELINHOS E OS CEDROS

Subsecretário das Pescas ouviu os pescadores desde o início

Depois do presidente da Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores (APEDA), Jorge Gonçalves, se ter queixado sobre o facto de as associações do sector não terem sido ouvidas antes de ter sido publicada a Portaria que proíbe a pesca entre a Ponta dos Capelinhos e a Ponta dos Cedros, o referido documento foi alterado mas não sem antes o subsecretário regional das Pescas, Marcelo Pamplona, ter ouvido a opinião deste pescador/armador sobre a nova delimitação.

Cristina Silveira

tribunadasilhas@mail.telepac.pt

> “Quando aconteceu o acidente com o ‘CP Valour’ não sabíamos a quantidade de combustível que estava a ser largada. Apenas se sabia que tinha 1100 toneladas, que o ‘Magadir’ tinha retirado cerca de 500 toneladas e que 150 a 200 tinham sido recolhidas em terra. Restariam, na pior das hipóteses, 400 toneladas a bordo. Na altura em que elaborámos a Portaria nº94/2005 de 29 de Dezembro que restringe o exercício da pesca entre a Ponta dos Capelinhos e a Ponta dos Cedros (38°38,313’N; 028°50,082’W) desconhecíamos o número de toneladas que tinham sido retiradas”. É esta a explicação que o subsecretário regional das Pescas, Marcelo Pamplona, dá para o facto de ter sido proibida a pesca na zona acima referida e que o presidente da Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores (APEDA), Jorge Gonçalves, contestou pelo facto de ter sido delimitada uma área sem antes se ter feito a monitorização de fundo, que determinaria se a área vedada tem de ser diminuída ou alargada. Além disso, este armador/pescador diz que a delimitação da portaria não estava na posição correcta, abrangendo uma área de terra.

Contactado pelo TRIBUNA DAS ILHAS, Marcelo Pamplona diz que esta portaria ao ser elaborada teve como preocupação três factores: “o primeiro prende-se com a preservação da saúde pública, pois não se sabendo se o barco estava a derramar combustível e se havia algum no fundo do mar era preciso evitar que alguma pessoa fosse para ali apanhar algum tipo de peixe que pudesse ser consumido; em segundo lugar vem uma questão também associada à saúde pública, que é a qualidade alimentar; e em terceiro lugar tínhamos de preservar a imagem de marca que tem o peixe dos Açores. Nesse sentido, depois de analisarmos o local, considerámos que deveríamos fazer um feixo que fosse muito fácil para os pescadores.

Ou seja, que eles pudessem perceber que não podiam entrar no alinhamento destes dois pontos”. No entanto, o subsecretário regional das Pescas afirma que “na altura o que aconteceu é que, embora a portaria refira claramente que é proibido todo e qualquer exercício de pesca marítima na costa norte da ilha do Faial no interior desta zona delimitada pela linha que une a Ponta dos Capelinhos à Ponta dos Cedros, houve um erro da posição”. E sublinha: “Fomos alertados pelo Jorge Gonçalves de que esta posição não estaria correcta e fizemos uma alteração à portaria que foi publicada no dia 12 do corrente, em que se proíbe quer a pesca comercial propriamente dita quer a actividade da apanha de algas ou lapas”.

GOVERNO QUER PESCADORES COMO PARCEIROS

Confrontado com a opinião de Jorge Gonçalves, que defendia que os pescadores nunca tinham sido ouvidos neste processo e que, depois do ambiente em si, eram os mais lesados, Marcelo Pamplona contrapõe, dizendo que “os pescadores foram sempre ouvidos”. E frisa: “Os pescadores têm sido um apanágio deste Governo Regional dos Açores e desde 1997 que constituem uma parte activa no processo de todas as decisões. Aquilo que está em causa – e posso dizer que tentei algumas vezes contactar o Jorge Gonçalves por telefone mas ele estava no mar e não tinha o telemóvel ligado – é que, embora no início esta zona tivesse sido delimitada, por questões de segurança da própria actividade de manobra e de preservação do bom nome do pescado açoriano, já tivemos uma conversa com a associação a que ele preside e foram pedidas soluções alternativas”. Este responsável governamental afirma que “o próprio Jorge Gonçalves concorda com esta linha que delimita a zona interdita”.

Quanto ao facto de o presidente da APEDA só ter sido contactado pelo Governo após a entrevista que deu no programa televisivo “Bom Dia”,

onde se queixava de todas estas questões – a que o TRIBUNA DAS ILHAS faz referência na reportagem publicada na edição do dia 13 do corrente – Marcelo Pamplona garante que “já antes de ele ser entrevistado tinha feito vários contactos para o Jorge Gonçalves, mas simplesmente não se pode falar quando as pessoas têm o telemóvel incontactável”. E a propósito, remata: “Esta portaria foi corrigida com os valores da posição correcta, depois de falar com ele. Foi-lhe mostrada e ele concordou”.

Marcelo Pamplona salienta que “contrariamente aos governos regionais dos Açores anteriores a 97, o actual executivo considera que os pescadores e suas associações têm de ter um papel activo na gestão dos recursos marinhos”. E frisa: “Foi sobre a nossa égide que encorajámos os pescadores a se organizarem sob a forma de associações para podermos partilhar tarefas e responsabilidades, porque eles é que vivem do mar. Mas para isso acontecer têm de ter estruturas organizadas, que funcionem de forma a existir disponibilidade para poderem participar activamente”.

Este governante refere que “já existem associações de pesca em todas as ilhas” e que “umas funcionam mais colectivamente do que outras”. E aconselha aquelas que ainda não conseguem ter um funcionamento mais activo “que se organizem no sentido de poderem tomar parte neste processo de partilha de tarefas e responsabilidades, pois são parceiros fundamentais”.

MONITORIZAÇÃO DE FUNDO SÓ COM SEGURANÇA

O subsecretário regional das Pescas afirma que “tem sido feita monitorização à superfície mas o navio não oferece segurança para fazer a monitorização de fundo – que será feita pelo Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP) – tendo em conta a queda de contentores”. E sublinha: “Não podemos correr o risco de ter lá alguém a mergulhar com contentores em cima, que a qualquer altura podem cair ao mar, os



> Marcelo Pamplona frisa que os pescadores foram ouvidos desde o início

quais constituem um perigo também para a navegação”.

Este governante coloca a hipótese de “a linha delimitada na portaria poder vir a ser reduzida”, mas ao mesmo tempo refere que “esta restrição permite garantir um controlo da actividade de pesca naquela zona”. E explica: “Se ao fazermos a monitorização constataremos que a linha é muito grande, vamos reduzi-la. Mas nesta fase não podemos correr qualquer risco de pôr em causa o bom nome do peixe dos Açores, por isso foi adoptada esta medida precaucionária”.

Marcelo Pamplona afirma que “a secretaria pretende contactar com a Fundação Rebkoff Niggeler – sedeada no Faial – no sentido de o submarino ‘Lula’ poder fazer monitorização de fundo e ao mesmo tempo avançar com filmagens para vermos bem o que se encontra lá em baixo”.

PREJUÍZOS DOS PESCADORES VÃO SER AVALIADOS

Este responsável solicitou a Jorge Gonçalves a listagem das embarcações que pescam na zona interdita e ele ficou de a facultar. “Com essa listagem e a

produtividade desses profissionais da pesca, possível com os dados da Lotação, iremos avaliar a situação”, assegura Marcelo Pamplona, adiantando que “foi por isso que o Governo Regional, através da Autoridade Marítima, exigiu da parte do armador do navio uma caução de 10 milhões de euros para fazer face aos prejuízos relacionados com a questão ambiental e da pesca”.

Apesar de tudo o que foi referido, o subsecretário regional das Pescas salienta que “a zona interdita abrange somente uma milha, dentro da qual não pode existir o uso do palangre, que é proibido dentro das 3 milhas”. E acrescenta: “Não há embarcações cabinadas que pudessem estar ali a pescar. Estamos a referir-nos, portanto, a embarcações de boca aberta que pudessem utilizar algumas linhas de mão e dizem que na zona se utilizava a pesca com alguns cofres para a lagosta”. Este responsável salienta ainda a propósito que “nesta zona não existe porto de armamento, ou seja, não há nenhuma embarcação residente que saia dali para outro lado. Na altura do Verão há umas embarcações no Varadouro, mas normalmente as embarcações estão no porto comercial da Horta, e não são assim tantas”.